



ESTADO DA PARAÍBA
PREFEITURA MUNICIPAL DE ITATUBA
CNPJ 08.865.628/0001-61
Gabinete do Prefeito

Lei Municipal nº 608/2025

Dispõe sobre a Receita e Fixa Despesa do Município de Itatuba, Estado da Paraíba, para o Exercício Financeiro de 2026 e dá outra providencias.

O PREFEITO CONSTITUCIONAL DO MUNICIPIO DE ITATUBA, ESTADO DA PARAIBA, no uso de suas atribuições legais faz saber que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte Lei que dispõe sobre a Receita e fixa despesa do Município de Itatuba para o exercício financeiro de 2026 e dá outras providências:

Art. 1º - Fica aprovado o Orçamento Programa do Município de ITATUBA, Estado da Paraíba, para o Exercício Financeiro de 2026, discriminado pelos anexos integrante desta Lei, e que estima a Receita em R\$ **74.453.800,00 (Setenta e Quatro Milhões, Quatrocentos e Cinquenta e Três Mil Reais)** e fixa a Despesa em igual valor.

Art. 2º - A Receita será realizada mediante a arrecadação de tributos, renda e outras fontes de Receita da Legislação em vigor, conforme desdobramento seguinte:

RECEITAS CORRENTES	73.402.000,00
Impostos Taxas e Con. De melhoria	2.321.000,00
Receita Patrimonial	265.000,00
Transferência Corrente	70.474.000,00



ESTADO DA PARAÍBA
PREFEITURA MUNICIPAL DE ITATUBA
CNPJ 08.865.628/0001-61
Gabinete do Prefeito

Outras Receitas Correntes	342.000,00	
RECEITAS DE CAPITAL		8.926.000,00
Transferências de Capital	8.926.000,00	
DEDUÇÕES DA RECEITA		(7.875.000,00)
Deduções para formação do FUNDEB	(8.926.000,00)	
TOTAL DA RECEITA.....		74.453.000,00

Art. 3º - A Despesa será realizada de modo a atender aos cargos do Município, com a manutenção dos serviços Públicos, transferências e despesas de Capital, de acordo com o desdobramento abaixo:

DESPESA CORRENTES		60.249.000,00
Pessoal e encargos sociais	32.530.000,00	
Juros e Encargos da Dívida	10.000,00	
Outras despesas correntes	27.709.000,00	
DESPESA DE CAPITAL		13.467.000,00
Investimento	12.869.000,00	
Inversões Financeiras	70.000,00	
Amortizações da Dívida	528.000,00	
RESERVA DE CONTINGENCIA		737.000,00
Reserva de Contingência	737.000,00	
TOTAL DA DESPESA.....		74.453.000,00

ORÇAMENTO FISCAL		
01	Legislativa	2.475.000
04	Administração	5.222.000
06	Segurança Pública	40.000
08	Assistência Social	2.394.000
10	Saúde	16.685.000
11	Trabalho	40.000
12	Educação	25.729.000
13	Cultura	865.000



ESTADO DA PARAÍBA
PREFEITURA MUNICIPAL DE ITATUBA
CNPJ 08.865.628/0001-61
Gabinete do Prefeito

15	Urbanismo	9.287.000
16	Habitação	1.000.000
18	Gestão Ambiental	983.000
20	Agricultura	559.000
23	Comercio e Serviços	2.491.000
25	Energia	319.000
26	Transporte	1.809.000
27	Desporto e Lazer	2.150.000
28	Encargos especiais	1.668.000
99	Outros	737.000
TOTAL.....		74.453.000,00

ORÇAMENTO DA SEGURIDADE SOCIAL	
08 – Assistência Social	2.394.000
10 – Saúde	16.685.000
TOTAL.....	19.079.000

Programação por Poder e Órgão

PODER LEGISLATIVO	2.475.000,00
Câmara Municipal	2.475.000,00
PODER EXECUTIVO	71.978.000,00
Gabinete do Prefeito	1.329.000,00
Procuradoria Geral do Município	111.000,00
Administração e Gestão de Pessoas	2.670.000,00
Finanças	1.847.000,00
Saúde	5.835.000,00
Fundo Municipal de Saúde	10.850.000,00
Educação	25.729.000,00
Ass. Social e Desenvolvimento Humano	523.000,00
Fundo Municipal de Assistência Social	1.826.000,00
Fundo Mun. Da Criança e do Adolescente	45.000,00
Infra Estrutura e Desenv. Econômico	11.427.000,00
Cultura e Turismo	3.356.000,00
Juventude, Esporte e Lazer	2.361.000,00
Agricultura, Pec., Pesca e Meio Ambiente	1.542.000,00
Transporte Públicos, Seg. Transito e Mob.	988.000,00
Gestão e Planejamento	602.000,00
Assess. E Coord. De Controle Interno	200.000,00
Transparência e Ouvidoria	
Reserva de Contingência	737.000,00
TOTAL.....	74.453.000,00



ESTADO DA PARAÍBA
PREFEITURA MUNICIPAL DE ITATUBA
CNPJ 08.865.628/0001-61
Gabinete do Prefeito

Art. 4º - Para a execução do Orçamento de que trata a presente Lei, fica o Poder Executivo autorizado a:

a) Contratar mediante as garantias que ajustar operações de Crédito por antecipação de Receita até o valor, que não ultrapasse o montante das Despesas de capital fixadas, no texto da presente Lei, conforme estabelecido no artigo 5º da Resolução de nº. 78 de 01.07.1998, originada do Senado Federal.

b) Firmar convênios e contratos com entidades públicas e privadas;

Art. 5º - Ficam os Poderes Legislativo e Executivo, nos termos do inciso V, do art. 167, da Constituição Federal/88 e artigos 7º, 42 e inciso III do art. 43, da Lei Federal nº 4.320/64, autorizados a abrir Créditos Adicionais Suplementares por anulação de dotação do total da despesa fixada, até o limite de:

PODER	PERCENTUAL (%)
EXECUTIVO	50
LEGISLATIVO	50

Art. 6º - Fica o Poder Executivo, nos termos do inciso V, do art. 167, da Constituição Federal/88 e artigos 7º, 42 e inciso I do art. 43, da Lei Federal nº 4.320/64, autorizados a abrir Crédito Adicional Suplementar - Superávit Financeiro, por Fonte de Recursos.

§ 1º Entende-se por Superávit Financeiro a diferença positiva entre o ativo financeiro e o passivo financeiro, apurada por Fonte de Recursos, em 31 de dezembro de 2025.

§ 2º Ficam excluídos do limite fixado no art. 5º desta Lei, os créditos previstos no caput deste artigo.

Art. 7º - Fica o Poder Executivo, nos termos do inciso V, do art. 167, da Constituição Federal/88 e artigos 7º, 42 e inciso II do art. 43, da Lei Federal nº 4.320/64, autorizados a abrir Crédito Adicional Suplementar - Excesso de Arrecadação, por Fonte de Recursos.



ESTADO DA PARAÍBA
PREFEITURA MUNICIPAL DE ITATUBA
CNPJ 08.865.628/0001-61
Gabinete do Prefeito

§ 1º Entende-se por Excesso de Arrecadação o recebimento de recursos não previstos na Lei Orçamentária de 2026 e a diferença positiva entre a receita prevista na Lei Orçamentária de 2026 e a receita efetivamente realizada, por Fonte de Recursos.

§ 2º Ficam excluídos do limite fixado no art. 5º desta Lei, os créditos previstos no caput deste artigo.

Art. 8º - Fica o Poder Executivo, nos termos do inciso V, do art. 167, da Constituição Federal/88 e artigos 7º, 42 e inciso IV do art. 43, da Lei Federal nº 4.320/64, autorizado a abrir Crédito Adicional Suplementar - Operação de Crédito, por Fonte de Recursos.

Parágrafo único. Ficam excluídos do limite fixado no art. 5º desta Lei, os créditos previstos no caput deste artigo.

Art. 9º - Fica o Poder Executivo, nos termos do §2º, do art. 167, da Constituição Federal, reabrir no exercício de 2026, nos limites de seus saldos, os créditos especiais e extraordinários promulgados nos últimos quatro meses do exercício de 2025.

Parágrafo único. Ficam excluídos do limite fixado no art. 5º desta Lei, os créditos previstos no caput deste artigo.

Art. 10º - Ficam os Poderes Legislativo e Executivo autorizados a alterar as Modalidades de Aplicação constantes da Lei Orçamentária de 2026 até o limite de 50% (cinquenta por cento) do total da despesa fixada para cada Poder.

Parágrafo único. Ficam excluídos do limite fixado no art. 5º desta Lei, os créditos previstos no caput deste artigo.

Art. 11º - Fica o Poder Executivo autorizado a alterar as fontes de recursos constantes da Lei Orçamentária de 2026 até o limite de 50% (cinquenta por cento) do total da despesa fixada para o Poder Executivo.

Art. 12º - Fica o Poder Executivo autorizado a até o limite de 50% da despesa inicialmente fixada a realizar transposições, remanejamentos e transferências entre órgãos orçamentários e categorias de programação.



ESTADO DA PARAÍBA
PREFEITURA MUNICIPAL DE ITATUBA
CNPJ 08.865.628/0001-61
Gabinete do Prefeito

Parágrafo único- Para os fins do art. 167, VI, da Constituição, categoria de programação é o mesmo que Atividade, Projeto ou Operação Especial e, na órbita da classificação econômica da despesa, os grupos corrente e de capital.

Art. 13º - Fica autorizado o repasse de recursos financeiros do Município ao Poder Legislativo;

Parágrafo único - Havendo necessidade de incremento de repasse ao Poder Legislativo, o Executivo encaminhará ao Poder Legislativo projeto de lei específica.

Art. 14º - Fica o Poder Executivo autorizado a transferir recursos, a título de subvenções sociais, subvenções econômicas, contribuições e auxílios, às entidades privadas com ou sem fins lucrativos e pessoas físicas, amparadas por legislação municipal.

Parágrafo único. Os repasses de recursos serão efetivados mediante convênios, conforme determinam o art. 26, da Lei Complementar nº 101/2000 - LRF.

Art. 15º - O orçamento analítico de despesa da Câmara Municipal será baixado por ato próprio de sua Mesa Executiva.

Art. 16º - As alterações constantes desta Lei Orçamentária farão parte integrante do PPA e LDO.

Art. 17º - Esta Lei entrará em vigor a partir do dia 01 de janeiro de 2026.

Art. 18º - Revogam-se as disposições em contrário.

Itatuba, 10 de Dezembro de 2025.

JOSMAR LACERDA MARTINS
-PREFEITO CONSTITUCIONAL-